

STJ00116448

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

Coordenador-Geral

Prefácio

Gilmar Ferreira Mendes

Apresentação

Ricardo Morishita Wada

DIREITO ECONÔMICO
E DESENVOLVIMENTO
ENTRE A PRÁTICA E A ACADEMIA

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

123255

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598	Direito Econômico e Desenvolvimento: entre a prática e a academia / coordenado por Claudio Xavier Seefelder Filho. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 544 p. ; 17cm x 24cm
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-487-7
	1. Direito Econômico. 2. Desenvolvimento. 3. Direito. I. Seefelder Filho, Claudio Xavier. II. Título.
2022-3257	CDD 341.378 CDU 34.33

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEEFELDER FILHO, Claudio Xavier (coord.). *Direito Econômico e Desenvolvimento: entre a prática e a academia*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 544 p. ISBN 978-65-5518-487-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

GILMAR FERREIRA MENDES	21
-------------------------------------	----

NOTA DO COORDENADOR-GERAL DA OBRA

DIREITO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO: ENTRE A PRÁTICA
E A ACADEMIA

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO	23
---	----

APRESENTAÇÃO

RICARDO MORISHITA WADA	25
-------------------------------------	----

MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

ANDRÉ TORRES DOS SANTOS	27
--------------------------------------	----

1	Introdução	27
2	Estado de Direito, tributação e modulação de efeitos na jurisdição constitucional.....	28
3	A modulação de efeitos em matéria tributária: fundamentos e pressupostos de aplicação	31
4	Aplicabilidade da modulação de efeitos no controle de constitucionalidade em matéria tributária.....	34
5	Os pressupostos de aplicação da modulação de efeitos em matéria tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	38
6	Conclusão	43

PRESTAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS POR MODELO PREDITIVO:
UMA ABORDAGEM A PARTIR DE *LAW AND ECONOMICS*

ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO	45
---	----

1	Introdução	45
2	Referencial teórico.....	47
2.1	Federalismo fiscal brasileiro.....	47
2.2	Prestação de contas	49
2.3	Mineração de dados	51
2.4	Análise econômica do Direito.....	53
2.5	Malha fina de convênios	54
3	Metodologia	55
4	Resultados – AIL e a IN nº 5 de 2018	56
	Conclusão	61

A COLABORAÇÃO PREMIADA E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

BERNARDO FENELON	65
1 Introdução	65
2 A colaboração premiada atualmente	66
2.1 Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990).....	67
2.2 Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995)	68
2.3 Lei dos Crimes Tributários e Econômicos (Lei nº 9.080/1995)	69
2.4 Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998)	70
2.5 Lei de Proteção das Vítimas e Testemunhas (Lei nº 9.807/1999).....	70
2.6 Lei de Combate ao Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/2006).....	71
2.7 Lei de Combate ao Crime Organizado (Lei nº 12.850/2013).....	72
2.8 Constatções finais sobre evolução legislativa	73
3 Os efeitos práticos do Pacote Anticrime na colaboração premiada e o reforço do princípio da legalidade	78
4 Conclusão	82

OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA	85
Introdução	85
I Constitucionalização do Direito Administrativo.....	87
I.I Limites necessários à aplicação dos princípios constitucionais	88
II A Lei de Improbidade Administrativa como concretização do princípio da moralidade	90
III A nova Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro como concretização do princípio da segurança jurídica	91
IV Releitura da Lei de Improbidade Administrativa a partir dos parâmetros da nova Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.....	93
V Conclusão	96

O CRIME DE GESTÃO TEMERÁRIA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E A APLICABILIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 7.492/86 ÀS CONDUTAS COM RESULTADO ECONÔMICO POSITIVO

CLAUDENIR BRITO PEREIRA	99
Introdução	99
1 Revisão de literatura	100
1.1 Bem jurídico tutelado	100
1.2 Sistema Financeiro Nacional: delimitação	102
1.3 Gestão de instituição financeira: definição	104
1.4 Gestão fraudulenta e temerária: diferenças	106
2 Análise jurisprudencial da gestão temerária à luz da doutrina estudada	106
3 Análise do resultado econômico das operações consideradas temerárias	110

3.1	Aplicabilidade do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 7.492/86 às condutas com resultado econômico positivo.....	113
	Conclusão	114

IGUALDADE NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA

	CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO	117
1	Introdução	117
2	Jurisdição constitucional e a força do precedente do STF	118
2.1	Na equiparação dos efeitos das decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal no controle concentrado e no controle difuso de constitucionalidade	122
3	Eficácia da coisa julgada nas relações jurídico-tributárias de trato continuado	131
4	Segurança jurídica nas relações dinâmicas e convergência dos princípios constitucionais.....	136
5	Conclusão	141

A LAVAGEM DE DINHEIRO COMO UM *POST FACTUM* IMPUNÍVEL, UMA ANÁLISE DO SEXTO EMBARGOS INFRINGENTES NA AP 470-STF

	CLEBER JAIR AMARAL	145
1	Introdução	145
2	A lavagem de dinheiro sendo um <i>post factum</i> impunível, análise crítica ao julgamento do Sexto Embargos Infringentes pelo STF na AP 470	146
3	Concurso aparente de norma: existe ou não relação de contingência típica entre corrupção e lavagem de dinheiro? Análise dos elementos objetivos e subjetivos do tipo para consunção	146
4	A movimentação financeira anterior ao recebimento, como ato de lavagem de dinheiro: possibilidade ou impossibilidade, na visão do STF, no Sexto Embargos Infringentes na AP 470	153
5	Prova do desvio de dinheiro público utilizado na AP 470/STF para reconhecimento da materialidade dos ilícitos.....	155
6	Conclusão	158

CONTEÚDO JURÍDICO DAS AÇÕES NEUTRAS: A RESPONSABILIDADE CRIMINAL DO SUBORDINADO PELAS CONDUTAS COTIDIANAS NA EMPRESA

	DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA	161
1	Introdução	161
2	O crime em concurso de agentes na legislação do Brasil.....	164
3	A doutrina sobre as ações neutras – posições existentes	167
3.1	A obra de Luís Greco (2004): “Cumplicidade através de ações neutras, a imputação objetiva na participação”	167
3.2	A obra de José Danilo Tavares Lobato: “Teoria da participação criminal e ações neutras: uma questão única de imputação objetiva”.....	169
3.3	A obra de João Daniel Rassi (2014): “Imputação das ações neutras e o dever de solidariedade no Direito Penal”	170

4	Estudo de casos já examinados pelo Poder Judiciário sobre ações neutras de funcionários subordinados.....	172
4.1	Aquele que deve ser o primeiro acórdão brasileiro que trata de ação neutra	172
4.2	Julgamento da AP 470 pelo Supremo Tribunal Federal: a absolvição da “funcionária mequetrefe” – conduta típica do subordinado no contexto da relação de emprego	174
4.3	Julgamento da AP 470 pelo Supremo Tribunal Federal: a absolvição do “mero funcionário burocrático”	178
	Conclusões.....	180

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A LEI DA SEGURANÇA JURÍDICA (LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018) – ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DA NORMA PELA CORTE DE CONTAS ENTRE JANEIRO DE 2019 E DEZEMBRO DE 2020

EDUARDO MAIA DA SILVEIRA	183	
1	Introdução	183
2	Metodologia a apresentação dos dados coletados	185
2.1	Metodologia de coleta de dados.....	186
2.2	Apresentação dos dados coletados.....	187
3	Análise das decisões do TCU que utilizaram, em suas razões, os novos artigos da LINDB	188
3.1	Caso nº 1, art. 20 da LINDB: Acórdão nº 1.045/2020-Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler.....	189
3.2	Caso nº 2, art. 22 da LINDB: análise em bloco.....	190
3.3	Caso nº 3, art. 24 da LINDB: Acórdão nº 4.179/2020-Primeira Câmara. Relator: Ministro Vital do Rêgo.....	195
3.4	Caso nº 4, art. 28 da LINDB: análise em bloco.....	196
4	Considerações finais	202

CREDENCIAMENTO COMO HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EXPRESSAMENTE PREVISTA NA LEI Nº 14.133, DE 2021

ELDER LOUREIRO DE BARROS CORREIA	205	
1	Introdução	205
2	Alicerces fundamentais prévios à análise do instituto.....	205
3	O credenciamento na doutrina	209
4	O credenciamento na legislação	211
5	O credenciamento no Poder Legislativo federal	215
6	O credenciamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	219
7	Considerações finais	223

REGIME JURÍDICO DO CRÉDITO: O ACESSO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A CONCRETIZAÇÃO NORMATIVA

EMÍLIO CARLO TEIXEIRA DE FRANÇA	225
1 Introdução.....	225
2 Contextualização do Sistema Financeiro Nacional – SFN	226
2.1 Taxas de juros, <i>spread</i> bancário e novos instrumentos (<i>pix</i> , <i>open banking</i> , central de recebíveis, <i>fintechs</i> e <i>sandbox</i> regulatório).....	228
3 Programa normativo da legislação do crédito para as micro e pequenas empresas ...	237
3.1 Instrumentos legais de crédito para micro e pequenas empresas	238
4 Âmbito normativo do acesso ao crédito para micro e pequenas empresas.....	243
5 Concretização das normas de acesso ao crédito das micro e das pequenas empresas.....	244
5.1 Regime jurídico, elementos legais e regulatórios para a concretização da norma diante do acesso ao crédito por micro e pequenas empresas	245
6 Conclusão	248

ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES DE PETRÓLEO E GÁS SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 7.990/89 E Nº 9.478/97. A INCLUSÃO DA SDV – SHUT DOWN VALVE NO CRITÉRIO DE INSTALAÇÕES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

FREDERICO MOTA DE MEDEIROS SEGUNDO	251
1 Introdução	251
2 <i>Royalties</i> – compensações financeiras e a Constituição Federal de 1988.....	253
2.1 Conceito de <i>royalties</i>	253
2.2 <i>Royalties</i> em sentido amplo e estrito.....	254
2.3 A natureza jurídica dos <i>royalties</i> – compensações financeiras e participações.....	255
2.4 Da natureza financeira de receita originária	257
3 Os <i>royalties</i> e a constituição de 1988	259
3.1 Os critérios de participações e distribuição dos <i>royalties</i>	260
3.2 Do caráter interpretativo da alteração promovida pela Lei nº 12.734/12	263
4 Do conceito de SDV – <i>Shut Down Valve</i> e seu enquadramento como instalação de embarque e desembarque	264
5 Conclusão	266

A NEGOCIAÇÃO DO PRODUTO DO ILÍCITO E O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO *HABEAS CORPUS* Nº 127.483/PR

IURI DO LAGO NOGUEIRA CAVALCANTE REIS	269
1 Introdução	269
2 O devido processo penal consensual e a legislação local.....	271
3 O que a legislação internacional tem a dizer?	274
4 O entendimento adotado pelo STF no caso concreto: o HC nº 127483/PR.....	275
5 Abordagem crítica da decisão e conclusão	279

(IM)POSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DAS GARANTIAS REAIS: O IMPACTO DA MODIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NOS CRÉDITOS BANCÁRIOS

JULIA DE BAËRE C. D'ALBUQUERQUE, MARLON TOMAZETTE	287
Introdução	287
1 As garantias reais e seu limite	288
2 A concessão da recuperação judicial e o credor com garantia real: o credor com garantia real deve ou não se curvar ao plano de recuperação judicial aprovado e homologado, sem sua aprovação?.....	289
3 Jurisprudência sobre o tema: modificação da interpretação do artigo 50, §1º, da Lei de Recuperação de Empresas e Falências, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.....	294
4 Impacto na concessão de créditos bancários: modificação dos contratos bancários em razão da instável jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	300
Conclusão	304

AS CONEXÕES DE CONFIANÇA ENTRE CONSUMIDORES E FORNECEDORES: A BOA-FÉ OBJETIVA NOS ATENDIMENTOS DAS OUVIDORIAS DE SEGUROS

KÉDINA DE FÁTIMA GONÇALVES RODRIGUES	305
1 Introdução	305
2 A boa-fé objetiva e as ouvidorias de seguros	306
3 A confiança como corolário do princípio da boa-fé.....	309
4 A análise dos dados: reclamações de seguro de vida no consumidor.gov.br e seguros de vida para os anos de 2018, 2019 e 2020.....	310
Demandas não resolvidas e bem avaliadas	311
Demandas resolvidas e mal avaliadas	312
5 Rol das conexões de confiança e boas práticas	314
5.1 Transparência	314
5.2 Informação clara.....	316
5.3 Reparação devida.....	317
5.4 Acolhimento e empatia	318
5.5 Conduta ética	319
6 Conclusão	321

PRETENSÃO PUNITIVA NO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

LEANDRO CABRAL E SILVA	323
1 Introdução	323
2 Raízes da pretensão punitiva no lançamento tributário	323
2.1 Anteprojeto do CTN	323
2.2 Projeto de 1954	326
2.3 Projeto de 1966	327
2.4 Código Tributário Nacional.....	328
3 Interação entre teoria e prática da pretensão punitiva prevista no art. 142 do CTN ...	329

3.1	Proposição <i>versus</i> imposição da penalidade pela autoridade fiscal.....	329
3.2	Discussões de multas tributárias com repercussão geral reconhecida no STF	334
4	Conclusão	339

RELEITURA DO MECANISMO DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS PRESTADOS MEDIANTE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

LUIZ FELIPE BEZERRA ALMEIDA SIMÕES	343	
1	Introdução	343
2	O Estado da arte do mecanismo da repactuação	345
2.1	Espécie ou critério de reajustamento de preços	346
2.2	Âmbito de aplicação do instrumento	347
2.3	Observância da anualidade e marco para contagem.....	349
2.4	Exigências para o pleito e início dos efeitos.....	351
3	Repactuação como espécie de revisão e não de reajuste.....	352
3.1	Características que aproximam a repactuação da revisão	352
3.2	Assunção de fato dos novos custos de mão de obra.....	359
3.3	Técnica híbrida de reequilíbrio econômico-financeiro.....	361
4	Conclusão	363

ASSOCIAÇÕES PARA FINS LÍCITOS: ESTUDO SOBRE A LEGALIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO VEICULAR

MÁRCIO MESSIAS CUNHA	367	
1	Introdução	367
2	O direito constitucional à livre associação.....	368
3	Os princípios constitucionais e a liberdade de associação	371
4	Requisitos essenciais para uma associação lícita.....	372
5	Associações de proteção veicular: conceito e objetivo	373
6	O caráter não lucrativo das associações e o seu campo de atuação	375
7	Atuação da Superintendência de Seguros Privados frente às associações de proteção veicular.....	377
8	A (i)legalidade das associações de proteção veicular.....	378
9	Regulamentação das associações no Estado de Goiás	380
10	Considerações finais	381

A UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (LIODS) DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO PARA AUXILIAR NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS E NA DESJUDICIALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

PAULA FERRO COSTA DE SOUSA	385	
1	Introdução	385
2	Conselho Nacional de Justiça.....	386

3	Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS.....	387
4	Política Judiciária de Gestão da Inovação no Poder Judiciário – RenovaJud.....	390
5	Inovação aplicada ao Direito	391
5.1	O que é inovação?.....	391
6	A utilização do LIODS como instrumento para auxiliar na prevenção de conflitos e na desjudicialização do Poder Judiciário.....	394
6.1	Auxílio emergencial.....	396
7	Conclusão	402

GUERRA FISCAL DO ITCMD NA LAVRATURA DE INVENTÁRIOS EXTRAJUDICIAIS: CONFLITO DE COMPETÊNCIA NA TRIBUTAÇÃO DE BENS MÓVEIS

PAULO HENRIQUE MARINHO BORGES	405	
1	Introdução	405
2	A federação entre o estado de guerra e o de cooperação.....	406
3	A guerra fiscal do ITCMD	411
	Conclusão	421

O PAPEL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E OS COLEGITIMADOS NA DEFESA DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

RAFAEL SILVEIRA GARCIA	423	
1	Introdução	423
2	A interpretação dos conceitos e regulamentação da LGPD	424
3	A cooperação entre os demais colegitimados e a ANPD.....	425
4	A coordenação entre os demais colegitimados e a ANPD	427
5	A ANPD como órgão capaz de dirimir eventuais conflitos na defesa dos titulares de dados pessoais.....	429
6	Conclusão	432

SIGILO FISCAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DIGITAL

REBECA DRUMMOND DE ANDRADE MÜLLER E SANTOS	435	
1	Introdução	435
2	Informações fiscais sigilosas	436
3	Privacidade <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> , intimidade e a equalização pelo sigilo.....	438
4	O sigilo fiscal pelo Supremo Tribunal Federal: entre a quebra e a transferência	441
4.1	Julgamento de 2016 e a proteção da arrecadação tributária: Tema nº 225 da Repercussão Geral e ADIs nºs 2.390, 2.386 e 2.397	442
4.2	Julgamento de 2019 e a persecução penal: RE nº 1.055.941, Tema nº 990 da Repercussão Geral.....	446
5	Conclusão	451

O ÂMBITO DA NORMA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TADEU ALVES SENA GOMES	455
1 Introdução	455
2 A “meta-análise” da norma.....	457
3 Direito e empirismo	459
4 A manutenção da fonte produtora	463
5 A manutenção do emprego dos trabalhadores.....	464
6 O interesse dos credores	469
7 Conclusão	470

O DIREITO À LICENÇA-MATERNIDADE PARA CASAS HOMOAFETIVOS FEMININOS

TULIUS MARCUS FIUZA LIMA	473
1 Introdução	473
2 O programa normativo.....	474
3 O âmbito normativo.....	480
3.1 O direito à licença-maternidade para mães que compõem uma relação homoafetiva	481
3.2 A maternidade e os avanços médicos, tecnológicos e científicos	484
3.3 O aleitamento materno como direito fundamental da criança, da mulher e da família homoafetiva do sexo feminino.....	486
4 Considerações finais	488

A INDISPONIBILIDADE DE BENS DA PESSOA JURÍDICA NA MEDIDA CAUTELAR FISCAL

VICTOR RIBEIRO FERREIRA	491
1 Introdução	491
2 A indisponibilidade do ativo permanente	492
3 A extensão da indisponibilidade aos gestores da empresa	494
4 A proteção dos bens da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro	497
5 Sanções políticas e o bloqueio de bens na medida cautelar fiscal.....	501
6 Conclusão	507

PENALIDADE ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA EM COMPARAÇÃO À SANÇÃO PECUNIÁRIA: UMA ATUALIZAÇÃO DO TIPO DE PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA?

WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	509
1 Introdução	509
2 A Administração Pública sancionatória e o regime disciplinar.....	511
2.1 Legitimidade do poder punitivo pelo Estado	511
2.2 A repressão no Direito Administrativo: de ontem, hoje e amanhã	512
2.3 Direito Administrativo Sancionatório	515

3	Análise econômica do Direito no âmbito disciplinar.....	517
4	O diagnóstico e propostas: penas de advertência e pecuniária.....	521
	Conclusão	524

A (IM)POSSIBILIDADE DA PACTUAÇÃO DE PRÊMIOS NÃO PREVISTOS NA LEI Nº 12.850/13: UMA ANÁLISE DIALÉTICA À LUZ DA LEI Nº 13.954/19

YURI COELHO DIAS	525
Introdução	525
1 Aspectos legais da colaboração premiada – um breve panorama sobre os aspectos jurídicos do instituto.....	524
1.1 A colaboração premiada como meio de obtenção de prova	527
2 Dos prêmios estipulados pela Lei nº 12.850/13	530
3 A possibilidade do oferecimento de prêmios não previstos na Lei nº 12.805/13 – um sistema de colaboração premiada que permite às partes o poder de pactuação sobre os prêmios.....	532
3.1 Do princípio da obrigatoriedade como possibilidade da pactuação de benefícios não previstos em lei	534
4 A impossibilidade do oferecimento de prêmios extralegais – a colaboração premiada deve ser guiada por um regime estritamente legal em face do ordenamento jurídico	535
4.1 O princípio da <i>nulla poena sine iudicio</i>	537
5 Conclusões.....	538
SOBRE OS AUTORES	541